



Eixo Temático: 10 -Aprendizagem na educação básica: desafios e perspectivas curriculares

ENSINO DE HISTÓRIA: (RE)SIGNIFICAÇÕES EM UMA PERSPECTIVA REPUBLICANA

Maria Carolina Magalhães Santos¹

Introdução

Por que ensinamos história? Qual é a função do ensino de história? Ele deve estar presente nas escolas? Questionamentos esses que possivelmente são feitos por muitos na sociedade contemporânea, sejam estes estudantes, professores historiadores ou mesmo pessoas ligadas às comunidades escolares da contemporaneidade.

Nessa premissa que surge o texto aqui apresentado, pensando na problemática historiográfica desenvolvida por autores como Jörn Rüsen de qual é função da história na escola e por sua vez, seu ensino como parte do currículo das Ciências Humanas.

O objetivo principal deste texto é pensar as razões para a manutenção do componente como parte da escolarização de crianças e jovens no Brasil. Ainda, buscar-se-á pensar o ensino de história a partir de uma perspectiva da escola republicana, sendo o mesmo, parte fundamental para a formação cidadã, portanto, uma formação para a vida na sociedade republicana.

O estudo justifica-se sendo que cada vez mais, na historiografia, a didática da história, assim como o ensino de história têm sido parte dos debates entre professores historiadores. Isso associado ao fato de cada vez mais haver a necessidade da afirmação das Ciências Humanas como componente escolar, como parte de uma formação completa para a cidadania.

Este estudo será baseado em uma metodologia bibliográfica crítico-hermenêutica de cunho qualitativo e parte de um recorte utilizando-se do Ensino Fundamental nas séries finais e do Ensino Médio da Educação Básica Brasileira. Como referências serão utilizadas a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental (BRASIL, 2016) e do Ensino Médio (2018), onde a história está nas Ciências Humanas.

Resultados e discussão

¹ Mestra em Educação nas Ciências pela Unijuí, professora de história na educação básica da rede privada de ensino. E-mail: maria.magalhaes@sou.unijui.edu.br.



A história escolar² é uma temática que passa tanto na episteme da educação como da própria historiografia e a comunidade de professores historiadores. A questão do professor(a) historiador(a) cada vez mais está presente no cenário da pesquisa historiográfica, sendo, inclusive a didática da história vista por Rüsen (2010) como parte da Teoria da História.

A formação histórica, que aqui será entendida como o ensino escolar de história, inicia-se desde a educação infantil. Mesmo que de forma diferenciada, a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BRASIL, 2016), traz para a etapa o Campo da Experiência, e dentre os Campos de Experiência da mesma há o “eu, o outro e o nós” (BRASIL, 2016), explicado como

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL, 2016, p.40)

Logo, esse Campo de experiência vem a caracterizar o ensino das Ciências Humanas já inserida na etapa da educação infantil, uma vez que trata de iniciar o conhecimento e pensamento que existem outros modos de vida, reflexões acerca de si e dos que os circundam, além de proporcionar o conhecimento acerca da cultura e da humanidade em si, a partir de temas transversais.

No Ensino Fundamental, na etapa dos Anos Iniciais, a história já irá aparecer no campo das áreas do conhecimento, no caso, Ciências Humanas (BRASIL, 2016). Apoiado em parceria com os demais componentes da área (Geografia, Filosofia e Sociologia), trabalha por meio de eixos temáticos os conceitos históricos e geográficos na perspectiva dos Direitos Humanos e assuntos que venham a convergir com a vivência e fase infantil. O trabalho na etapa é desenvolvido de forma unidocente.

² Entendendo esse termo como o componente curricular.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

Destarte, nos anos finais da etapa do Ensino Fundamental, a história assume uma característica de Componente Curricular isolado, com um professor historiador ministrando-a, e seus conteúdos irão abranger os mais diversos assuntos, seguindo desde as Sociedades Ágrafas até a Globalização. O mesmo movimento percebe-se no Ensino Médio, exceto pela questão de que a História passa para o itinerário das Ciências Humanas no Novo Ensino Médio (BRASIL, 2018).

Contudo, a questão central deste texto é o motivo pelo qual se ensina história nas escolas, além de uma (re)significação a partir de uma perspectiva republicana. Sendo assim, por que ensinamos história na escola? Uma possibilidade para uma resposta se dá a partir da teoria de Rüsen (2010), ao desenvolver a ideia de o Ensino e a Didática da história fazerem parte também da Teoria e Ciência Histórica, uma vez que compõem parte da função do saber histórico, pois a história atua diretamente na vida prática das pessoas.

O efeito sobre a vida prática (mediado seja como for) é sempre um fator do processo de conhecimento histórico, de tipo fundamental e deve ser considerado parte integrante da matriz disciplinar da ciência da história. Esse efeito pode estar baseado em intenções mais ou menos conscientes dos historiadores, mas o está também nas expectativas, desafios e incitamentos que experimentam no contexto social de seu trabalho. Com seu trabalho científico, os historiadores podem e querem produzir efeitos. [...] a teoria da história preocupa-se em colocar a relação do conhecimento histórico à prática, de maneira que possa reconhecer nela a possibilidade dos procedimentos especificamente científicos e dos pontos de vista reguladores que se lhe aplicam. (RÜSEN, 2010, p. 86).

Em tempo, a teoria de Rüsen (2010) trata da ideia que a didática é a indicação das funções dos conhecimentos teóricos na vida prática, tirando o conhecimento e a historicidade da teoria e fazendo as suas aplicações na vida cotidiana das pessoas, e, percebamos, isso vai muito além de recursos e procedimentos pedagógicos.

A escola a partir de uma perspectiva republicana, torna-se algo que virá a englobar alguns apontamentos da teoria de Rüsen. A educação assim como a escola são vistas de diversas formas, mas Savater (1998, p. 171-172) coloca que a “[...]educação é tarefa de sujeitos e sua meta é formar também sujeitos”. Logo, a escola pode ser vista como o lugar de formação dos sujeitos que um dia estarão vivendo na sociedade.

Analisando esse ponto em conjunto, a escola republicana é aquela instituição que terá por objetivos a preparação para a vida republicana em sociedade. Sendo assim, a escola é a instituição que tratará daquilo que é parte da *tradição*.



Assim, em sua base fundamental, escola é o local de mediação daquilo que Young (2007) intitula *conhecimento poderoso*. A escola é o local para descobrir, aprender e compreender aquilo que compõem a tradição dos conhecimentos disciplinares, mas, para além disso, é um local onde sujeitos, na condição de educandos, tenham acesso ao conhecimento que poderá vir a compreender e viver na vida republicana.

A escola, a partir da visão republicana de Condorcet (2008), liberta-se da função de mera transmissora de conhecimento, mas passa a ter uma função social, libertadora, republicana e democrática. Esta escola que chamamos de republicana passa a ser um ideal por ela ter algumas características essenciais dentro de sua formação. São elas as funções de ser laica, pública, obrigatória e universal (CONDORCET, 2008), pois é igualitária, e, para além, tem sua intencionalidade na igualdade. Ela é obrigatória, pois os que consideraremos já sujeitos da sociedade republicana passam a compreender que o lugar do estudante, é no ambiente onde ele possa compreender a grandiosidade do mundo, assim, a escola também é universal, onde todos têm o direito de acesso, indiferente de seu gênero ou quaisquer outras distinções.

Nessa relação, a Escola Republicana irá desenvolver temáticas diversas, para preparar os sujeitos em formação para a vida nas repúblicas, assim como a defesa das mesmas, uma vez que a república irá partir do princípio da isonomia ou da igualdade uma vez que é o regime que antes de mais nada, é o governo em que o “bem público se sobrepõe ao privado” (RIBEIRO, 2001, p. 10).

Outrossim, a república para Ribeiro (2001) parte dos princípios da democracia, do sufrágio e da legalidade que rege a nação sobre a qual estão os cidadãos. Logo, a escola republicana será aquela que virá a respeitar e compreender esses valores.

O ensino de história tornar-se-á uma parte muito importante dessa escola, uma vez que “[...] ‘Aprender’ significa, antes, uma forma elementar de vida, um modo fundamental da cultura, no qual a ciência se conforma, que se realiza por ela e que a influencia de forma marcante.” (RÜSEN, 2010, p. 87).

Para Rüsen (2010), a aprendizagem histórica, definida por ele como formação histórica pode ser vista por dois aspectos: um horizontal e um transversal, além da dimensão da vida prática já colocada anteriormente.



O corte transversal revela o saber histórico como síntese de experiência com interpretação. Com isso, a diversidade e a correlação dessas duas dimensões são articuladas com a terceira, a dimensão de orientação da vida prática, de modo a deixar claro como e quanto o pensamento histórico, especificamente científico, surte efeitos práticos. O corte horizontal trata da formação como processo de socialização e de individualização, trata da dinâmica evolutiva interna da formação da identidade histórica e, naturalmente, também, se e como essa dinâmica pode e deve ser influenciada pela ciência. (RÜSEN, 2010, p. 87-88).

A história escolar, neste contexto coloca-se como mediadora entre a pesquisa historiográfica e a produção de conhecimento escolar e didático. Buscando na diversidade da historiografia as melhores formas de trabalhar com estes conteúdos, os professores/historiadores buscam auxiliar os estudantes na construção desta abstração.

A história dentro da escola republicana representa justo seu ideal de emancipação. Sem menosprezar as demais áreas do conhecimento, e na ciência de que em suas formas específicas também atuam para a emancipação do pensamento e para a formação da criticidade, todavia, é principalmente nas ciências humanas que os estudantes têm a oportunidade da construção de referenciais importantes para o exercício da cidadania.

Na história, em específico, e em seus conteúdos que contemplam a caminhada do homem pelo tempo e espaço nas mais diversas formas, os estudantes têm a oportunidade de compreender os mais diversos processos que levam a sociedade a ser como é hoje, logo, aprender história dentro da escola republicana, será um passo para a aprendizagem para a vida republicana.

A função dos conteúdos ensinados em história coloca-se nas relações com as quais eles são fundamentados nas competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem histórica. A função destes é “[...] enriquecer e dar expansão aos contextos mais diretos e pessoais da vida, fornecendo-lhes seu contexto, seus apoios ou fundamentos e sua perspectiva e horizonte [...] a história aspectos sociais” (DEWEY, 1959, p. 232). Portanto, é na história que serão discutidos assuntos da vida em sociedade dos homens em determinados tempos e espaços.

Por fim, a história na escola republicana representa uma forma de resistência às forças autoritárias que impulsionam a educação para um lugar inferior de sua real importância contemporânea. É uma forma de defesa e manutenção da educação escolar e da valorização dos saberes desenvolvidos ao longo da história.

Considerações finais



Ante ao exposto, considera-se que a escola republicana será a instituição onde existirá uma democratização dos saberes das mais diversas áreas do conhecimento, mas, principalmente, para auxiliar na construção de cidadania é necessário o desenvolvimento de consciência histórica. Segundo Rüsen (2001), a Consciência Histórica está presente em nossas vidas desde o momento que nascemos, porém ela vai se desenvolvendo ao longo de nossas vidas, tornando-se parte muitas vezes inconsciente de nossas ações.

A consciência histórica compreendida por Rüsen (2001) só atingirá seu ápice como parte da formação histórica, e para os jovens, a história escolar, ou seja, da história como componente curricular, assim, preparando-os para a vida prática. A partir disso, pode-se pensar que a história escolar assume um caráter de grande importância, sendo uma das responsáveis (talvez a principal) para a formação desta consciência, senso de coletividade, empatia e noções de desenvolvimento republicano assim como o entendimento das estruturas republicanas.

A história escolar (no sentido de componente curricular) é, sem exclusividade o caminho para o desenvolvimento da criticidade e para que o estudante consiga “abrir os olhos” para a sociedade que o permeia, compreendendo os processos que a levam até o momento. Os conceitos de memória, mudança e permanência na história representam muito além de conteúdos para serem trabalhados ao longo dos anos letivos.

Nesse sentido, torna-se claro o papel da história escolar e os motivos pelos quais ensinar história em uma república democrática. A história enquanto componente curricular da escola tem a função de auxiliar e desenvolver o pensamento crítico e principalmente para que o estudante possa perceber esses processos, sem estar alienado a opiniões não fundamentadas, baseadas naquilo que se compartilha em redes sociais ou afins.

Por fim, o estudo aqui apresentado pode nos trazer o valor de ensinar história na escola, e, principalmente que possa ter contribuído de alguma forma como parte da defesa de uma república verdadeiramente democrática que zele pelos princípios da liberdade e igualdade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil e Ensino Fundamental 2ª versão. Brasília, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em 17 de outubro de 2020.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio 2ª versão. Brasília, 2016.
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em 17 de outubro de 2020.

CONDORCET. Jean-Antoine N. C. **Cinco Memórias sobre a instrução pública**, Tradução de Maria das Graças de Souza. Rio de Janeiro: Unesp, 2008, 261 páginas.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**, Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: ENacional, 1959, 134 páginas.

RIBEIRO, Renato J. **A República**, São Paulo: Publifolha, 2001, 89 páginas.

RIBEIRO, Renato J. **A Democracia**, São Paulo: Publifolha, 2013, 61 páginas.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2010, 159 páginas

SAVATER, Fernando. **O Valor de Educar**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 267 páginas.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 101, p.1287 – 1302 set./dez. 2007.

Palavras-chave: Educação Básica. Escola republicana. Ensino de História. História.